

Pauta de reivindicações entregue aos reitores no dia 4/4

Recuperação do salário real de maio/01, reajustes trimestrais e política permanente de contratação de professores e funcionários

Em reunião a ser realizada em Campinas, às 11 horas do dia 4/4, o Fórum das Seis e os DCEs consolidarão pauta conjunta de reivindicações, que será entregue ao presidente do Cruesp na tarde do mesmo dia. Esta pauta (ver texto completo em www.adusp.org.br), resultado da discussão em assembleias das entidades do Fórum das Seis, inclui, entre outras reivindicações importantes:

- Recuperação do valor real de maio de 2001 pelo ICV-Dieese (estimado em 13%);
- Reajustes trimestrais pelo mínimo da variação acumulada do ICMS e do ICV-Dieese;
- Política permanente de contratação de docentes em RDIDP e de funcionários, por concurso público, para reposição e ampliação do quadro das Universidades;
- Defesa do ensino de graduação de qualidade, com a diminuição do número de alunos em sala de aula, tendo por meta o parâmetro de 30 estudantes em sala de aula expositiva;
- Dotação orçamentária específica para manutenção e ampliação da assistência estudantil;
- Luta para aprovação de lei estadual destinando, no mínimo, 9,57% da receita tributária do Estado, incluindo repasses federais para as universidades estaduais paulistas;
- Luta na LDO pela destinação de 11,6% do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% para Centro Paula Souza;
- Atuação em defesa de mais recursos para a educação pública brasileira, espe-

cialmente para que o governo Lula suspenda o veto do governo FHC à meta de investimento de 7% do PIB brasileiro em Educação;

- Luta contra qualquer cobrança de cursos e/ou serviços nas instituições de ensino superior e institutos de pesquisa públicos, que constitui forma de privatização interna.

- Compromisso dos reitores em abrir ampla discussão, com toda a comunidade uni-

versitária, sobre democratização da estrutura de poder e processos estatuintes em âmbito local.

Negociação já!

O Fórum encaminhará, juntamente com a pauta, o pedido de abertura imediata de negociações, com a expectativa de que o diálogo com os reitores propicie oportunidade de preservar salários e ampliar a defesa concreta da

universidade pública, gratuita e de qualidade, que está sob fogo cerrado por parte dos governos estadual e federal.

Em paralelo a estas atividades, é central que nos organizemos, como na campanha de 2004, para intervir na Assembleia Legislativa, onde, além das propostas elencadas acima, será necessário evitar a aprovação de diversos projetos de legitimação da presença de fundações privadas

“de apoio” nas universidades estaduais e institutos de pesquisa públicos.

A Assembleia da Adusp de 31/3 criou Comissão com este fim, cuja primeira reunião realizar-se-á no dia 12/4/05, às 12h30, na sede da Adusp.

Como sempre, só a nossa capacidade de mobilização poderá garantir avanços significativos nas negociações com o Cruesp e com os deputados na Assembleia Legislativa.

DCE quer colegiados tripartites e eleições paritárias

“**N**a USP, há uma esquizofrênica relação entre a vontade da comunidade e as decisões tomadas”. A frase de Rodolfo Vianna, diretor do DCE, resume a atual estrutura de poder da universidade.

Em nome da entidade, Vianna falou sobre a democracia na USP e a campanha por eleições diretas e paritárias para Reitor, organizada pelo DCE em conjunto com a Adusp e o Sintusp. A partir desta edição, o *Informativo Adusp* publicará reportagens e textos que discutirão o assunto a partir do ponto de vista de entidades representativas da comunidade. “Na nossa visão, a falta de democracia é justamente o que está fazendo com que a Universidade de São Paulo não avance”, afirma Vianna.

Como exemplo da ausência de democracia na universidade, Vianna cita a inexistência de discussões amplas sobre grandes projetos. O caso mais

recente, segundo ele, foi a implantação da USP Leste. É um projeto importante, diz o diretor do DCE, mas as pessoas que estão alijadas da “cúpula de poder” da universidade não puderam contribuir.

“Essa falta de democracia é tamanha que a única forma encontrada para, no mínimo, levantar o debate sobre fundações, foi uma atitude um pouco mais drástica, que foi ocupar a sala do Conselho Universitário [em 2001]”, argumenta Vianna. Em virtude da ocupação, vários estudantes sofreram punições com base no Regimento Disciplinar, código aprovado na década de 1970, no contexto do regime militar instaurado em 1964.

Eleições paritárias

Os estudantes são absoluta minoria na composição dos colegiados, perante os representantes do corpo docente. “O principal argumento usado contra uma participação



Daniel Garcia

Estudantes protestam durante reunião aberta do Co

maior dos estudantes é a sua transitoriedade”, explica, numa referência ao fato de a maioria do corpo discente permanecer na universidade por um período de suas vidas relativamente curto, quando comparado aos professores. Mas, prossegue o diretor do DCE, “esse argumento é superficial, porque, se houvesse de fato essa compreensão, não haveria por que funcionários não participarem na mesma

medida que os professores. Porém, hoje, os funcionários são até menos representados do que os próprios estudantes”.

“Nossa bandeira histórica é a composição tripartite dos conselhos”, acrescenta ele. Desse modo, as três categorias básicas da comunidade universitária (estudantes, funcionários e professores) estariam igualmente representadas nos colegiados.

continua na pág. 2...

“Reforma universitária”: o engodo

O *Jornal da USP* trouxe, na semana passada, sob o sugestivo título “Entre o dito e o escrito”, notícia de uma das muitas reuniões sobre a chamada “Reforma Universitária”, que têm se sucedido desde meados de dezembro, quando o Anteprojeto de Lei Orgânica foi posto a público. Há pelo menos quatro ângulos sob os quais são travadas essas discussões, tanto na comunidade universitária quanto na sociedade em geral.

Um primeiro é o do governo e da direção de algumas entidades, inclusive a UNE, que lhe dão sustentação quase incondicional; um outro é do setor privatista, que quer manter e ampliar seu já enorme espaço de manobra na Educação Superior brasileira.

O terceiro corresponde aos setores que, embora preocupados em manter uma educação de qualidade nas instituições públicas conceituadas, não se opõem à criação de “centros de excelência”, com todas as conotações que este termo tem, enquanto admitem uma educação meramente funcional, e não emancipadora, para a ampla maioria dos jovens.

Existe, entretanto, um quarto ponto de vista, e este é peculiar aos setores que, historicamente, vêm se mobilizando

em prol da Educação Pública de qualidade como direito de todos, com argumentos expressos mais recentemente nas partes introdutórias do Plano Estadual de Educação - Sociedade Paulista. Tais setores, que englobam boa parte da base do movimento estudantil, em particular da USP, Unicamp e Unesp, assim como os docentes e funcionários congregados no Fórum das Seis, entendem como imprescindível e urgente o empenho pela reversão do atual quadro de apropriação privada de espaços públicos, como é o caso da Educação.

O Andes-SN e a Adusp, sua seção sindical, que se incluem entre estes lutadores históricos, analisaram o Anteprojeto do Governo, concluindo que não é do interesse da maioria da população brasileira. Uma primeira análise apareceu no *Informativo Adusp* 179 (14/2/05). Registraremos aqui outras observações que corroboram nossa posição.

Projeto estruturante?

Ao contrário do afirmado por representantes do MEC, em vários debates e reuniões, a leitura do Anteprojeto mostra que ele é desestruturante: na LDB o *Sistema Federal de Educação* englobava também as instituições federais de ensino

fundamental e médio, enquanto na proposta atual se restringe às IES, públicas federais e privadas. Como ficarão os Colégios Técnicos Federais, que foram referências para o ensino médio em muitos estados, e outras instituições históricas, como, por exemplo, o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro?

Além disso, o Anteprojeto chancela definitivamente a exerescência que é o “conceito” de *centro universitário*, criado na última gestão federal. Tais *centros* ostentam quase todas as prerrogativas da autonomia universitária, embora isentos da responsabilidade de realizar a pesquisa tão necessária ao país.

Também são instituídos sete “campos do saber”, deixando de fora áreas tão importantes quanto Arquitetura, Psicologia, Administração e Direito, e qualquer nova área interdisciplinar de interesse.

Finalmente, dentro do *Sistema* proposto há paralelo entre as IES públicas e as privadas, sendo que as exigências estruturais sobre estas últimas são muito mais brandas.

Financiamento?

O projeto não traz nenhum aceno de que a penúria com que vem sendo tratada a Educação como um todo, e tam-

bém a Educação Superior, possa ser revertida. Destina às Universidades e demais IES federais basicamente o mesmo montante que já vinham recebendo, sem concretizar a promessa de reverter a inconcebível retenção de 20% das verbas sociais, pelo mecanismo da DRU (Desvinculação de Verbas da União). Ao invés de ampliar a base de cálculo, a qual se restringe constitucionalmente aos *impostos*, que constituem menos que 40% da receita tributária do Governo, o parágrafo único do Artigo 41 avisa: “fica *deduzida* da base de cálculo a complementação da União ao Fundeb”.

Nestas condições é claramente impossível proceder, com qualidade, à expansão pretendida pelo Anteprojeto para as vagas públicas (Arti-

go 3º), que determina a sua ampliação dos atuais 14% do total, para 40% até 2011.

Acrescentando um elemento adicional à preocupação geral, conforme transcrito pelo *Jornal da USP*, o secretário do MEC responsável pela Reforma, e professor da FFLCH-USP, Fernando Haddad, confessou que sofre oposição da “burocracia estatal ligada à área econômica do governo”, mesmo em relação à proposição amplamente insuficiente contida no Anteprojeto.

Em resumo, não é mais possível sustentar a posição, defendida pela parcela majoritária da diretoria da UNE e pelo Governo nos vários espaços de debate, de que o Anteprojeto traz avanços significativos no tocante ao financiamento das IFES.

Diretoria da Adusp propõe medidas acerca dos Concursos Públicos

Tendo em vista a necessidade de normatizar o período probatório pós concurso público, ampliar a possibilidade de aproveitar o trabalho feito durante esses concursos e evitar que processos seletivos para mestres sejam utilizados como meio para fazer perdurar a prática inconstitucional do contrato precário, a diretoria da Adusp está propondo as seguintes medidas, a serem encaminhadas à Reitoria da USP:

a. Que fique a cargo dos departamentos compor comissões de avaliação após o período probatório de três anos. Ou seja, após três anos de sua posse, o docente seria avaliado pelo seu departamento e, obtendo parecer favorável, ganharia estabilidade. Recursos das decisões dos departamentos devem seguir

os trâmites administrativos usuais da universidade.

b. Que sejam feitas as mudanças regimentais necessárias para que os candidatos aprovados sejam classificados de modo a permitir que estes sejam chamados a preencher a vaga, em ordem de classificação, caso o primeiro colocado desista de assumir o cargo durante o período de vigência do concurso.

c. Que o ingresso exclusivamente por concurso público se estenda aos cursos novos e aos docentes mestres.

Na reunião do Conselho de Representantes a ser realizada no dia 7/4/05, às 12h00, na sede da Adusp, teremos oportunidade de debater e aprofundar esta questão, que será depois submetida à consideração de uma Assembleia Geral da Adusp.

... continuação da capa

Para a entidade, as eleições diretas para Reitor devem ocorrer com base na mesma lógica. Elas seriam paritárias, ou seja, todos os membros da comunidade poderiam participar das eleições, mas seus votos seriam computados na categoria à qual pertencem de modo que cada uma, ao final, tivesse o mesmo peso.

Outro ponto é a restrição dos elegíveis aos professores titulares. O DCE a critica, mencionando que não há de

fato uma intersecção entre mérito acadêmico e poder na universidade, já que o próprio processo de escolha dos titulares é, em muitos casos, balizado por critérios políticos. E mesmo aqueles que atingiram a titulação e são contra o *status quo* nem sempre têm espaço para converter suas propostas em realidade. Vianna cita o caso do professor Jair Borin, titular da ECA falecido em 2003, que obteve maioria dos votos nas consultas à comunidade para a direção de sua unidade e para

Reitor, mas foi preterido nos órgãos colegiados.

Vianna ressalta que as mudanças no processo de escolha do Reitor devem ser acompanhadas por um novo estatuto da USP, a ser elaborado por uma assembléia estatuinte. “Temos interesse em que ela seja composta por membros da sociedade, por movimentos sociais, por todos aqueles que sentem a necessidade e para os quais a educação deveria estar voltada, que não é caso da USP hoje, com o caráter elitista que ela tem”.

USP demorou sete meses para pagar professora desligada do IQ

O caso da professora Wladia Viviani, do Instituto de Química (IQ), demonstra como a USP desrespeita os direitos trabalhistas. A professora fôra admitida pelo IQ em 1996, em regime precário de trabalho, e permaneceu até julho de 2004, quando seu contrato acabou e não foi renovado. Sete meses após sua demissão, a professora Wladia ainda não havia recebido seus direitos trabalhistas (*Informativo Adusp* 179).

A universidade devia-lhe pecúnia referente a férias e licença-prêmio. O processo referente ao último benefício, correspondente a três meses de salário, ficou parado no Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Reitoria, deixando a docente sem recursos para honrar seus compromissos financeiros. Depois que a diretoria da Adusp enviou carta de protesto à Reitoria, em janeiro passado, a USP decidiu, enfim, pagar o que devia à professora, na última semana de fevereiro.

No entanto, o salário que ela devia ter recebido em julho de 2004 ainda está pendente, pois há uma controvérsia em torno do término de suas atividades no IQ. A professora Wladia afirma ter recebido em junho de 2004 um comunicado mencionando que seu contrato havia sido prorrogado mais uma vez, até julho. No entanto, não encontrou o documento entre os papéis de seu processo quando foi consultá-lo, no segundo semestre de 2004.

Ela ainda mantém um processo administrativo e uma ação na Justiça do Trabalho requerendo sua reintegração ao cargo.

Direitos

Procurado pelo *Informativo Adusp* para comentar o

desligamento da professora, o professor Hernan Chaimovic, diretor do IQ, declarou que considera fundamentado o processo de não renovação do contrato. O professor baseia-se no histórico do caso, argumentando que, em sucessivas ocasiões entre 1998 e 2003, tanto a comissão encarregada de apreciar os relatórios dos docentes como o Conselho do Departamento de Bioquímica recomendaram à professora que reorientasse o trabalho desenvolvido.

No entanto, o diretor do IQ entende que o não pagamento dos direitos trabalhistas da professora Wladia é uma “coisa distinta”, que independe do juízo que se faça da não renovação de contrato. “O direito de qualquer cidadão tem que ser respeitado. Eu não estava sabendo do atraso”. Ele diz não saber a que atribuir o ocorrido: “Não tenho informações que me permitam fazer análise do atraso”.

A não renovação foi comunicada pelo IQ ao Departamento de Recursos Humanos (DRH) em 21/6/04. O processo ficou na Consultoria Jurídica (CJ) entre 29/9 e 4/11. Depois disso ele ficou parado quase três meses no IQ: entre 8/11, quando foi devolvido pela CJ, e 3/2/05, quando foi despachado de volta para o DRH.

“Regime precário nunca foi o mais correto”, comentou o professor Chaimovic.

Exigências

O diretor do IQ leu diversas passagens de documentos relativos ao caso, procurando demonstrar que as recomendações feitas à professora Wladia não foram atendidas.

O primeiro parecer emitido pela comissão de relatórios do Conselho Departamental reconhecia a “importância do tema” e a “qualificação da

candidata”, mas destacava que não havia até o momento “solicitação de financiamento à Fapesp ou a outra agência” e que “parece que o projeto é desenvolvido pela professora no exterior sem a participação efetiva de jovens pesquisadores de seu laboratório”. Em conclusão, a comissão recomendou “a aprovação do relatório, a renovação do contrato” e que a professora se credenciasse “como orientadora de pós-graduação desta instituição”.

Em junho de 1998, analisando tal parecer, o Conselho Departamental aprova o relatório e a renovação de contrato e inclui as recomendações: 1) concentração no próprio projeto de pesquisa, 2) apresentação de projeto à Fapesp, 3) credenciamento na pós-graduação. Outro parecer da comissão de relatórios, de 2002, afirma: “Verifica-se que sua produção científica e obtenção de auxílios para pesquisa estão aquém da média do corpo docente do departamento”.

A professora Wladia contesta a exigência de apresentação de projeto, mas explica que atendeu as orientações do Conselho: “Como o primeiro projeto não estava dando bons resultados, mantive por um período e propus um novo, que mantive até o final. Quanto a pedir verbas à Fapesp, elas não eram necessárias, pois se tratava de um projeto teórico, que não requeria o uso nem de reagentes, nem de material de bancada, apenas o microcomputador. Além disso, eu estava desenvolvendo a metodologia que culminaria na produção de um *software*. Se pedisse computadores na época, haveria o risco de se tornarem obsoletos antes de poder usá-los para aplicações. Depois que terminei o projeto, apresentei um pedido de financiamento. Também cre-

dencieei-me na pós-graduação logo em seguida”.

De acordo com a professora, o parecer de 2002 é despropositado: “Foi o momento em que estava começando o segundo projeto, portanto não havia resultados a apresentar”. Mais: “Falar em ‘resultados aquém da média’ é um absurdo matemático. Não faz sentido, porque sempre haverá uma média, e pessoas acima e abaixo da média. Todas as que estiverem abaixo serão cortadas?”

O mesmo parecer recomendava aprovação do relatório e que o contrato fosse renovado por 14 meses, esperando-se “que tenha publicado artigos e pleiteado auxílio financeiro”. A professora Wladia comenta: “Nesse meio tempo fiz ambas as coisas, publiquei e pedi auxílio”.

“Conversa de corredor”

O professor Chaimovic mencionou mensagem enviada em 4/8/2003 por um professor da Faculdade de Medicina que coordenava projeto do qual a professora Wladia foi subcoordenadora, na qual queixa-se da “experiência difícil”, dos “atrasos sistemáticos” da colega, e de que “não teve postura no nível que se esperaria”.

Para a professora Wladia, o teor da mensagem reproduz “conversas de corredor”, pois jamais foi questionada quanto aos fatos alegados. “Quem a escreveu foi o dr. Jorge Kalil, com quem conversei poucas vezes. A pesquisa sai quando sai, houve atrasos, mas não em termos de relatórios: todos foram entregues nos prazos. Percebi que eles estavam achando a experiência difícil, mas os resultados foram bons, cientificamente muito interessantes”.

Ela também contesta carta da Comissão de Graduação com reclamações atribuídas a estudantes: “acaba aula mais cedo”, “nunca está quando procurada”; “má didática”; “avaliação inferior à média do departamento”...

“Nunca cronometrei as aulas, estou sabendo dessa queixa agora. Quanto a não estar no laboratório, como não tinha técnicos para me ajudar, e meu aluno de mestrado quase nunca vinha, toda vez que saía do laboratório tinha que trancá-lo. Mas estava no departamento”, enfatiza a professora Wladia.

“Não sou má docente, os alunos da Medicina e de Ciências Moleculares gostavam das minhas aulas. Destes, vários vieram fazer iniciação científica comigo. Um deles foi aprovado no doutorado direto do Instituto de Física em terceiro lugar, em 2005. Sou orientadora pontual desse aluno no IF”, afirma.

“Perfil desejável”

Parecer de 5/8/2003 da comissão de relatórios considera “surpreendente que após sete anos de contrato a professora ainda não tenha conseguido se enquadrar no perfil desejável deste departamento”, “não se mobilizou para captar recursos”, “desempenho não está de acordo”, e recomenda renovar contrato por 10 meses, o que foi aprovado pelo Conselho do Departamento de Bioquímica.

Sobre isso, a professora comenta: “O Conselho falou em ‘10 meses irrevogáveis’, o Conselho Técnico-Administrativo (CTA) tirou a expressão ‘irrevogáveis’, viu que era juridicamente indefensável. Nesse período publiquei vários artigos, que eram produto da pesquisa que vinha sendo desenvolvida”.

Novo ato defende retomada de caráter social do Cursinho da Poli

Cerca de 200 pessoas participaram, no dia 31/3, de um ato pelo resgate do projeto social Cursinho da Poli, do Grêmio Politécnico (GP). Desde 2002, o GP não tem mais o poder de interferir nos rumos do projeto, pois naquele ano antigos diretores seus ativaram um instituto (IGPDE) que haviam criado cinco anos antes e, desde então, controlam o Cursinho (*Informativo Adusp* 181). Segundo os participantes do ato, o discurso de inclusão social promove e encobre uma atividade de caráter puramente mercantil.

No dia 28/3, o GP entrou com representação no Ministério Público Estadual denunciando a situação, acompanhada de vários documentos, entre os quais as reportagens já publicadas pelo *Informativo Adusp* sobre o caso. A representação faz parte da estratégia da diretoria do GP, com apoio de outras organizações, para retirar o cursinho das mãos dos controladores da Fundação PoliEducar, sucessora do IGPDE.

A retomada do cursinho pelo GP foi decidida pelos alunos da Escola Politécnica em assembleia realizada em 17/3. Nela, foram definidas as seguintes metas: 1) extinção do IGPDE e, por conseguinte, da PoliEducar e de seus respectivos conselhos curadores, cujos membros controlam o Cursinho; 2) auditoria externa das contas do Cursinho; e 3) a readmissão imediata dos quatro professores demitidos em meados de fevereiro por motivos políticos.

Diretoria provisória

Esses pontos foram incorporados às reivindicações

apresentadas no ato de 31/3. A eles, somou-se a exigência do reconhecimento da Associação dos Alunos do Cursinho da Poli (AACP) pela direção do Cursinho.

Ainda na assembleia dos alunos da Escola Politécnica, foi aprovada uma proposta para administrar o Cursinho após sua retomada. O GP criaria um conselho para o projeto, composto por integrantes da sua diretoria e por professores e alunos do Cursinho. O conselho elegeria uma diretoria executiva que teria um mandato transitório, para administrar o Cursinho por um período de 120 dias.

Promovido pelo GP, DCE-USP e AACP, o ato foi realizado na Escola Politécnica e contou com a participação da Adusp, representada



Ato de 31/3 na Escola Politécnica

pelo professor Ciro Correia; dos Centros Acadêmicos dos cursos de Letras e Biologia da USP; e do CA do curso

de Ciências Sociais da PUC-SP. Compareceram, ainda, os professores Paulo Arantes (FFLCH) e Leda Paulani

(FEA), o geógrafo Demétrio Magnoli e o professor Vahan Agopyan, diretor da Escola Politécnica.

Promotor da Cidadania só aguarda manifestação do Reitor antes de tomar iniciativa contra cursos pagos

No dia 21/3, o promotor Luiz Fernando Rodrigues Pinto Júnior, da Promotoria da Cidadania da Capital, recebeu o professor Ciro Teixeira e a advogada Lara Lorena, representantes da Adusp, para tratar do andamento de uma representação da entidade, feita em dezembro de 2002, que solicita abertura de inquérito civil público para investigar os cursos pagos na USP e as fundações privadas “de apoio”. A reunião foi acertada em audiência anterior com o Procurador Geral de Justiça (*Informativo Adusp* 181).

O promotor apresentou aos representantes da Adusp os 15 volumes que compõem o processo atualmente. Es-

ses volumes correspondem ao material arrolado com a representação original da Adusp, mais os documentos apensados no final de 2004: são cerca de 3.000 páginas de informações das unidades sobre as solicitações de flexibilização do RDIDP que tramitaram pela CERT nos últimos três anos e sobre o relacionamento entre elas e as fundações privadas “de apoio”.

Rodrigues Pinto relatou que já estava preparado para entrar com uma medida judicial, quando foi procurado pelo presidente de uma das fundações para conversar sobre o caso.

O promotor disse que considerava isso importante, uma vez que até agora só havia ouvido a nossa parte, e que esse

presidente lhe disse que um superior seu (?) iria solicitar ao Reitor que também entrasse em contato com o promotor. O promotor disse ainda que iria esperar mais algum tempo para ver se o Reitor de fato lhe telefonaria ou não, antes de tomar qualquer outra providência...

“Paciência”

Questionado sobre o tipo de contato que esperava do Reitor, o promotor de Cidadania afirmou que sempre é melhor tentar resolver os problemas antes de ingressar com medida judicial; que para isso é preciso conversar com todo mundo, o que leva tempo; e que, portanto, precisamos ter paciência...

Os representantes da Adusp replicaram que o tempo tramitado já ia muito além de qualquer paciência responsável diante de problema de tamanha gravidade. E perguntaram ao promotor se ele pretendia levar ao Reitor um termo de ajustamento de conduta. Ele afirmou que sim, mas disse que teria de avaliar como proceder caso a iniciativa do contato telefônico por parte do Reitor não se concretizasse.

Os representantes da Adusp, após examinarem a documentação constante dos autos, solicitaram cópias daqueles documentos que ajudam a elucidar os vínculos estabelecidos entre a USP e suas unidades e as fundações “de apoio”.